

Resenha: *Antropofagias: um livro manifesto!*

Danilo Bueno

Universidade de São Paulo
• buenodanilo@hotmail.com

DOI [https://doi.org/10.34913/
journals/lingualugar.2021.e715](https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e715)

Imaginado a partir da jornada de estudos ocorrida na Universidade de Zurique em 2018: *Antropofagias: um livro manifesto! Práticas da devoração a partir de Oswald de Andrade* (Peter Lang, 2021) editado por Pauline Bachman, Dayron Carillo-Morell, André Masseno e Eduardo Jorge de Oliveira, aprofunda a discussão acerca da antropofagia próximo ao centenário da *Semana de Arte Moderna* (1922) – marco simbólico da produção modernista –, bem como do próprio *Manifesto Antropófago* (1928), ainda muito latente (poderia ter escrito *experimental*) na cultura brasileira, como reafirmam as heteróclitas abordagens presentes no volume, ao mostrarem que o conhecimento da obra de Oswald de Andrade é central para a compreensão da cultura brasileira do século XX e para a reconfiguração interpretativa do passado colonial, bem como, e isso talvez seja o mais instigante, para as ficções da ate futura.

Os ensaios costumam um amplo painel, passando por referências como Haroldo de Campos, o tropicalismo, Oscar Niemeyer, Glauber Rocha, Hélio Oiticica, José Agrippino de Paula, Waly Salomão, entre tantas outras. A relevância do manifesto faz-se sentir em praticamente todas as ações artísticas brasileiras posteriores, cuja influência determina novas táticas de leitura da herança colonial e da percepção das vanguardas e dos modernismos do século XX. O manifesto, retomado por Oswald em texto de 1946, traz o *clarividente* título “Mensagem ao antropófago desconhecido” que confirma: “Nada existe fora da Devoração. O ser é a Devoração pura e eterna” (Andrade, 1992, p. 286), citação que faz convergir a arte brasileira em uma temporalidade múltipla entre passado/presente/futuro vistos pela “eternidade” da canibalização cultural, além

de ratificar a necessidade do manifesto para uma compreensão geral da cultura brasileira.

Além da importância mais evidente, balizada entre o modernismo e o contemporâneo, o manifesto contribuiu também para uma percepção crítica dos autores coloniais, principalmente para se reler Padre Vieira e Padre José de Anchieta, reatualizando as políticas e ideologias culturais advindas dos séculos anteriores a partir de um ponto de vista iconoclasta que não enxerga a história como monumento, antes a recoloca como *movimento* em face aos debates culturais do século XX.

O plano do livro contém três seções de estudos, acrescidas de uma quarta parte de cariz artístico e criativo, a saber: I “Só a Antropofagia nos une”; II “Mecanismos de devoração e metabolismos históricos da antropofagia”; III “Traduções antropofágicas da cultura” e IV “Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros...”. A esses ensaios, somam-se um prefácio e uma introdução assinada pelos editores. Dessa estrutura analítica, depreende-se um fio heterogêneo, assim como a própria escrita oswaldiana, por meio de abordagens literárias, históricas, antropológicas, pictóricas, tradutórias etc. O volume ainda apresenta um trabalho de André Vallias, que perpassa o livro, sugerindo uma narrativa visual que conjuga o incêndio ocorrido em 2018 no Museu Nacional do Rio de Janeiro com fotogramas do filme *O Homem do Pau-Brasil* (1981), de Joaquim Pedro de Andrade. A todo esse material, acrescenta-se também, o volume foi editado em duradoura capa dura, tornando-se um “corpo” para resistir à devoração ritualística dos estudantes, dos pesquisadores e do público em geral.

A primeira parte do livro ocupa-se dos desdobramentos históricos do manifesto; a segunda parte relaciona-o com abordagens transversais como a gravura, a arquitetura e a contracultura; a terceira explora as traduções e recriações da influência oswaldiana no cenário brasileiro. Na parte final, há um diálogo-homenagem feito pela artista argentina Julieta Hanono, intitulado “Antroupofagia”, além de uma “Biografia com dados históricos”, assinada por Marcela Vieira.

A primeira parte, “Só a Antropofagia nos une”, abre com um ensaio de Beatriz Azevedo intitulado “Antropófago Manifesto”, texto pelo qual se explora a *noção de falta*, fundamental para se entender o eixo estético-político do manifesto e a sua força de inversão da ação colonizadora:

Mas a seguir, curiosamente, Oswald passará a valorizar é o fato de que “nunca tivemos” gramática, nem coleções de velhos vegetais, não sabíamos geografia nem diferenciar urbano de suburbano ou continental. Assim, para Oswald, “não tivemos especulação” e também “nunca fomos” catequizados. E sobretudo, nunca admitimos o nascimento da lógica entre nós. Ou seja, a partir dessa perspectiva, é exatamente o “não ter”, a “falta de”, a carência, este “negativo”, que vai nos qualificar. O termo “falta” entendido aqui enquanto “diferença” do padrão vigente, enquanto afirmação do “menor” (Bachmann et alii, 2021, p. 81).

Essa percepção da “falta”, signo do “eternamente vindouro” da nação brasileira, radicada na infeliz perífrase “país do futuro”, é lida como forma paradoxal cuja ação nega os “bens ausentes” e requisita que a lógica e a gramática sejam constituídas por essa mesma falta, à revelia das noções demarcadas pelas metrópoles culturais, criando-se uma percepção autoral e crítica, já que a negação “nunca admitimos” ressoa como um “princípio de legalidade”, que baseia toda a amplitude dessa visão em prol de um lugar transversal à ação cultural colonizadora.

Na sequência da primeira parte, outro desdobramento importante do manifesto será explorado: o lugar do índio enquanto referência identitária performada pela celeberrima frase: “Tupy, or not tupy that is the question”, analisada com grande riqueza de informações por Alexandre Nodari e Maria Carolina de Almeida Amaral, no estudo “A questão (indígena) do ‘Manifesto Antropófago’”:

Em primeiro lugar, não se pode perder de vista que a questão do “Manifesto” é essencialmente indígena, na forma de um sarcasmo feroz referente a uma querela que lhe era contemporânea. Aceso, um pouco ao acaso, em fins do século XIX, o debate se prolongaria até pelo menos a década de 1930, dizendo respeito aos povos indígenas que “dominavam” São Paulo nos tempos coloniais, e que, portanto, seriam os antepassados simbólicos e mesmo biológicos da elite de um estado que buscava afirmar seu poderio e construir sua identidade (Bachmann et alii, 2021, p. 58).

O ensaio defende a ideia de que o aforismo oswaldiano busca questionar a identidade formada pela elite paulista após os séculos coloniais. A subjetividade herdada seria conflitiva, de forma que esses “antepassados simbólicos” não seriam exatamente aqueles supostos pela elite branca, colocando-se, de saída, uma construção falseada dessa ancestralidade. Oswald devolve a complexidade do debate ao desmontar o binômio entre bom selvagem e mau selvagem, e, com isso, enfraquecer a ideologia identitária dos colonizadores. A conclusão do ensaio é esclarecedora, e novamente repõe a atualidade do manifesto, visto, por exemplo, sob a lógica de aculturação dos dias atuais:

Não uma questão identitária, mas sim um outro gênero de questão, que aponta para uma identidade de outro gênero, que não diz respeito ao que somos (ou seremos) imutavelmente (num futuro sempre adiado), mas ao que podemos e queremos nos transformar (agora). Ela não se refere apenas aos índios e ao passado, mas, a partir deles, apresenta “roteiros” para o nosso futuro presente, ameaçado pela tentativa de unificar o mundo, excluindo tudo o que não se encaixa na sua lógica binária, e de reduzir a multiplicidade de povos, sujeitos e coisas a objetos equivalentes (Bachmann *et alii*, 2021, p. 81).

O terceiro ensaio da primeira seção intitula-se: “Diante da lei – da gramática – da história”, de Eduardo Sterzi, e discute certos usos da “lei” gramatical para ampliar os espectros da antropofagia:

O que são os *manifestos* senão cartas constitucionais, por vezes algo paródicas, a coligar as leis fundamentais de uma nova realidade poética? Daí que, em tantos casos, e é muitas vezes o que ocorre com Oswald, seja tão difícil e sobretudo infrutífero buscar descolar a leitura das obras “propriamente literárias” da leitura dos manifestos a partir dos quais foram escritos. É certo que a leitura dos poemas de *Pau-Brasil* não se esgota numa redução dos seus versos às premissas expostas no “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, porém é no jogo dialético entre a ação poética “propriamente literária” dos poemas e a nova legalidade reivindicada no manifesto que emerge a singularidade e o significado mais amplo daqueles poemas, assim como também a função e o sentido do manifesto se altera com a leitura conjunta com os poemas (Bachmann *et alii*, 2021, pp. 94-95).

É por meio dessa reivindicação de uma nova ordem jurídica, fundada pela “carta constitucional” oswaldiana, que se pretende desterritorializar as coordenadas culturais coloniais e assinalar outra base para as leis gramaticais e históricas. Nesse passo, a “realidade poética” torna-se indissociável da percepção política e da leitura do passado, mediadas pela compreensão própria dos usos gramaticais. O movimento dialético entre o poeta-crítico e o crítico-poeta torna-se inescapável, o que pode ser percebido, por exemplo, pelo arquiconhecido poema “senhor feudal”: “Se Pedro Segundo / Vier aqui / Com história / Eu boto ele na cadeia” (Andrade, 2017, p. 46), pois, do mesmo modo que o manifesto funda uma nova ordem poético-política, a escrita poética acompanha o redimensionamento desse poder.

“O Sermão está servido – Comer Vieira no mapa-múndi do Brasil”, de Eduardo Jorge de Oliveira, encerra essa parte de análise histórica. Nele, o gênero textual do manifesto é lido em aproximação ao sermão, ambos gêneros que perpassam os âmbitos político, religioso e jurídico. Acima de tudo, são formas retóricas que visam um interesse público, logo postulam

certos comportamentos e readequações de seus receptores. Dessa comparação, tem-se uma inventiva relação sonora e conceitual entre utopia e “utupya” trazida pelo ensaísta, ao ver no manifesto a condição necessária para uma pregação de alcance transhistórico:

Sermão e Manifesto, por mais que sejam opostos quanto à forma, são dois gêneros textuais com frequência postos à prova pela eficácia social. Eles são endereçados a uma audiência objetivando seja “reformatar os costumes” ou “alterar um comportamento estético”. Em ambos, no entanto, no interior da diferença das formas textuais, essa eficácia depende de um certo tom, ou da voz, que o texto imprime, assim como da cadência das palavras. Citando Vieira: “O sermão há de ser duma só cor, há de ter um só objeto, um só assunto, uma só matéria”. E Oswald: “Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente” que continua: “Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz” (Bachmann *et alii*, 2021, pp. 109).

Essa aproximação centra-se na noção de “lábria”, que Oswald explora como se quisesse (re)fundar por meio de seus aforismos, de suas provocações, enfim, de sua visão poético-crítica, um novo porvir, conforme resume lapidarmente Eduardo Jorge “A lábria é uma *utopia* antropofágica” (Bachmann *et alii*, 2021, pp. 115). Essa ideia pode ser aproximada da bela frase de Oswald: “No fundo de cada utopia não há somente um sonho, há também um protesto” (Andrade, 2011, p. 284).

A segunda parte do livro, “Mecanismos de devoração e metabolismos históricos da antropofagia”, abre com o ensaio de Lena Bader “*Quelques visages de Paris* (1925) de Vicente Rego Monteiro”, detalhado estudo que revela a transculturalidade das gravuras de Monteiro, descrito como um “*traveller selvagem*” (Bachmann *et alii*, 2021, p. 138) que expõe com bastante contundência as perspectivas assimétricas da exploração colonial, correlacionando-as transhistórica e transversalmente com o manifesto. Além disso, o ensaio traz imagens desse pouco divulgado trabalho de Monteiro.

No ensaio seguinte, Dayron Carrillo-Morell pontua em “Arquitetura (para) canibal – Oscar Niemeyer e a curva poética do ritual antropófago”, como a construção curva pode ser lida pela ótica da devoração dos modelos arquitetônicos anteriores e por esse caminho relaciona o manifesto, passando por aproximações políticas no sentido de compreender as revoltas populares de 2003 e de 2013 no Brasil como uma forma de “deglutição simbólica do edifício federal: o monumento da modernidade democrática, baseada numa troca corpórea entre o *ego* biopolítico e

seu *alter* arquitetônico” (Bachmann *et alii*, 2021, p. 164). A relação entre política, arquitetura e antropofagia faz desse ensaio uma leitura indispensável para a compreensão mais atual da cultura brasileira.

Já André Masseno, em seu “Consumindo o consumo – Linguagem-Brasil e antropofagia cultural nos anos 60/70”, pontua com afinada consciência política a produção vinculada à *estética da fome*, que em larga medida foi uma reação aos padrões de consumo cultural derivados do imperialismo cultural anglo-americano. Essa passagem é notória para a perspectiva do Brasil atual, imerso no reacionarismo protofascista:

Além disso, o desejo oswaldiano da transformação do tabu em totem, trazendo para o primeiro plano questões reveladoras de um moralismo estrutural presente na sociedade brasileira, parece atual para a reflexão de um momento cada vez mais misógino, homofóbico, racista, revanchista e defensor de uma sede de justiça saciada pela própria sociedade. Mas se levarmos em consideração o percurso histórico do Brasil como uma “construção de fora”, um espaço ora colônia, ora nação, que sempre buscou delimitar um espaço no mundo para chamar de seu (um espaço algumas vezes cultural, outras vezes identitário e partindo de elementos a priori não considerados estritamente locais), então fica no ar uma pergunta circular acerca do contexto atual: o que e quem está devorando quem e o quê (Bachmann *et alii*, 2021, p. 177).

O Brasil que oscila entre ser colônia e ser nação e se entrega facilmente a toda ordem de discurso “conservador” e “moralista”. Nesse passo, o manifesto, com o seu viés patriarcal, torna-se absolutamente necessário para essa sociedade que espalha, além de notícias falsas, muito preconceito e admiração reverencial pelo que vem de “fora”.

Como encerramento da segunda parte do livro, Pauline Bachmann revisita a produção da Poesia Concreta, do Poema/processo, da Tropicália, e da Poesia Marginal, no ensaio intitulado: “Processual, experimental, marginal – A materialidade da poesia dos anos 70”, período de busca libertária, ainda que na conjuntura da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e do acirramento do AI-5 (Ato Institucional número 5) que suspendeu as garantias constitucionais, estatuiu a censura prévia e normalizou a tortura. A ensaísta percorre, por exemplo, o ambiente da música com “Gal a todo vapor” (1971) e a emblemática publicação *Navilouca* (1974), síntese dos encontros e devorações culturais da década, passando ainda por Caetano Veloso, Glauco Mattoso e Nicolas Behr. Esse percurso é dimensionado pela reflexão entre materialidade da escrita e o contexto de produção, mostrando a incidência de Oswald de Andrade para essas décadas.

A terceira parte “Traduções antropofágicas da cultura” começa com Sara Ferrilli e seu “Antropofagias simbólicas e canibalismos ausentes – anotações para uma redefinição do nexu Futurismo-modernismo”, em que a ensaísta mostra o impacto da visita de Filippo Tommaso Marinetti ao Brasil em 1926, um ano depois de sua adesão formal ao fascismo por meio da subscrição ao “Manifesto dos intelectuais fascistas”, o que pode sugerir o interesse dos artistas brasileiros em distanciarem-se de certas ideias futuristas. O ensaio é um amplo detalhamento das relações entre o futurismo e do modernismo heroico brasileiro.

Em seguida, Melanie P. Strasser traz “O canibal triste – Rastros da antropofagia na tradução” explora a leitura de Haroldo de Campos das coordenadas tradutórias implícitas no manifesto, ou seja, devorar a influência estrangeira e destruir sua dominância política e simbólica. Para tanto, a tradução deixaria de ter um papel passivo e “angelical” para assumir uma postura “luciferina”, usurpadora dos textos fontes:

No entanto, o campo da devoração metafórica não vira apenas um topos emblemático em termos de produção cultural, mas também no discurso sobre a linguagem, a literatura, a língua, a tradição cultural. A antropofagia parece destinada a evidenciar o processo de traduzir enquanto devorar, ou seja, ler, transformar o outro. Ela torna-se um meio de reflexão para pensar o passado, para relê-lo e ressignificá-lo (Bachmann et alii, 2021, p. 225).

O livro encerra-se com a quarta parte, de natureza criativa “Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros...” com o trabalho de Julieta Hanomo “Antroufografia”, uma leitura-manifesto calcada na ideia de “falta” já citada anteriormente. O texto é escrito em português, francês, espanhol e em Qom, idioma ameríndio de populações argentinas. Há uma alternância dos idiomas de modo a operar encadeamentos em que as línguas se completam. O verso a seguir resume o poder de afirmação transcultural do texto: “hablo com um acento y escribo como hablo” (Bachmann et al, 2021, p. 240).

Para os interessados em cultura brasileira, *Antropofagias: um livro manifesto! Práticas da devoração a partir de Oswald de Andrade* torna-se uma sólida fonte, principalmente pelo alcance das questões levantadas e pela investigação ampla que originou os ensaios. Os desdobramentos do manifesto são tantos e tão variados que não é de se estranhar a sua permanência cada vez mais recorrente no imaginário cultural brasileiro, por meio da envolvente capacidade de engendrar o futuro, como escreveu Raul Bopp: “O ‘nosso’ Brasil começa lá adiante. Terra do sem-lhe-achar-fim, com áreas paradas. Caboclo vai acompanhando a

linha de mato. Ficam para trás cidadezinhas descalças, fora do centro de gravidade, acocoradas nas abas dos morros” (Bopp, 2012, p. 48).

Bibliografia

- Andrade, O. de. (2017). *Poesias reunidas*. 1.^a edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- (2011). “A marcha das utopias”. In: *A utopia antropofágica*. 4.^a edição. São Paulo: Globo, pp. 220-298.
- (1992). “Mensagem ao antropófago desconhecido”. In: *Estética e política*. 1.^a edição. São Paulo: Globo, pp. 285-286.
- Bachmann, P.; Carrillo-Morell, D.; Masseno, A.; Oliveira, E. J. de (eds.) (2021), *Antropofagias: um livro manifesto! Práticas da devoração a partir de Oswald de Andrade*. Berlim: Peter Lang.
- Bopp, R.. (2012). *Vida e morte da antropofagia*. 2.^a edição. Rio de Janeiro. José Olympio.